



RELATÓRIO
ACOMPANHAMENTO DAS
METAS FISCAIS

JANEIRO DE 2018

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	3
3. RECEITA PÚBLICA	5
4. DESPESA PÚBLICA	5
5. DESPESAS COM PESSOAL	7
6. APLICAÇÃO EM SAÚDE	7
7. APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO	8
8. APLICAÇÃO DO FUNDEB	8
9. RESUMO DOS ÍNDICES	9

1. INTRODUÇÃO

A avaliação do cumprimento das metas fiscais legitima os processos de planejamento e orçamento do governo, uma vez que permite aos agentes econômicos aferirem sobre o desempenho da administração pública face a sua responsabilidade com a sustentabilidade fiscal intertemporal.

O controle das metas fiscais está preconizado no artigo 9º da Lei Complementar Nº. 101 de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), onde estabelece que tal controle será bimestral.

No entanto, em cumprimento a recomendação exarada pela Controladoria Geral do Município, através do **Ofício CGM Nº. 237/2017** em 28/12/2017, que recomendou o controle mensal das metas fiscais, em decorrência do valor orçado para realização de receitas e despesas no exercício de 2018 ser de **R\$ 169.466.156,00**. Em verificação ao três últimos anos, observa-se que os valores orçados das receitas não se concretizaram e esse órgão de Controle Interno solicitou prudência na execução do Orçamento 2018.

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

LOA		Receita Estimada	Despesa Fixada	%
Orçamento Fiscal		R\$ 146.372.156,00	R\$ 122.842.645,60	72,49%
Orçamento da Seguridade Social	Saúde	R\$ 21.967.000,00	R\$ 39.643.510,40	23,39%
	Assistência Social	R\$ 1.127.000,00	R\$ 6.980.000,00	4,12%
TOTAL		169.466.156,00	169.466.156,00	100,00%

Fonte: Lei Municipal nº 1.586/2017 - Lei Orçamentária Anual 2018

Valor do Orçamento Geral	R\$ 169.466.156,00
Limite de Suplementação em Percentual, conforme LOA - Art. 8º	30%
Valor correspondente a Suplementação Autorizada na LOA	R\$ 50.839.846,80

**ALTERAÇÕES ORÇAMENTARIAS (CREDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES)
REALIZADO ATÉ JANEIRO/2018**

a) Valor dos Acréscimos (suplementação):	R\$ 21.619.630,10
b) Valor dos Decréscimos (redução):	R\$ 21.539.630,10
c) Diferença (a - b)	R\$ 80.000,00
d) Percentual onerado /aplicado	12,76%

Fonte: Contabilidade

Observamos que houve suplementação sem a devida redução e até o momento já suplementamos 12,76% do percentual autorizado na Lei Orçamentária.

Valor do Orçamento da Câmara	R\$	3.839.000,00	2,27%
Valor do Orçamento da Prefeitura	R\$	115.675.645,60	68,26%
Valor do Orçamento do FMS	R\$	37.400.910,40	22,07%
Valor do Orçamento do FMAS	R\$	7.350.000,00	4,34%
Valor do Orçamento do CONIAPE	R\$	3.000.600,00	1,77%
Valor do Orçamento da CTTU	R\$	2.200.000,00	1,30%
TOTAL DO ORÇAMENTO	R\$	169.466.156,00	100,00%
Valor da Reserva de Contingência	R\$	3.494.000,00	

2. INFORMAÇÕES DA SITUAÇÃO DA RECEITA E DESPESA REALIZADA EM JANEIRO/2018:

RECEITA (CONSOLIDADA)		Diferença	PERCENTUAL DE APLICAÇÃO
Receita Arrecadada	6.253.971,15	163.212.184,85	3,69%

DESPESA (CONSOLIDADA)		SALDO ORÇAMENTÁRIO DISPONÍVEL	PERCENTUAL DE APLICAÇÃO
Despesa Empenhada	65.188.210,02	104.277.945,98	38,47%
Despesa Realizada (Liquidada)	5.413.984,03		8,31%
Despesa Paga	2.505.526,66		46%

Detalhamento da despesa empenhada	ORDINÁRIA	R\$	1.223.035,69
	ESTIMATIVA	R\$	47.728.370,03
	GLOBAL	R\$	16.236.804,30
	TOTAL	R\$	65.188.210,02

DIFERENÇA DA DESPESA EMPENHADA X LIQUIDADADA	R\$	62.682.683,36
--	-----	---------------

DO ORÇAMENTÁRIO DISPONÍVEL APENAS DO PODER EXECUTIVO	R\$	104.277.945,98
ONDE	R\$	3.494.000,00 É da reserva de contingência

3. RECEITA PÚBLICA

A receita total estimada nos orçamentos fiscal e da seguridade social é de R\$ 169.466.156,00 (cento e sessenta e nove milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil e cento e cinquenta e seis reais), conforme Lei Orçamentária Anual nº 1.586/2017.

A **receita corrente** estimada no exercício de 2018 foi de **R\$ 115.601.000**, e as **receitas de capital** **R\$ 53.865.156,00**, totalizando o montante de **R\$ 169.466.156**. A Receita prevista até o mês de janeiro, conforme quadro abaixo foi R\$ 14.122.179,67, sendo realizado o total de Receitas de R\$ 6.253.971,15, ou seja, a Municipalidade arrecadou a menor em janeiro R\$ 7.868.208,52.

Abaixo um quadro e gráfico com as análises das receitas auferidas em janeiro/2018 pela municipalidade.

RECEITAS TOTAIS					
DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA	RECEITA PREVISTA NA LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2018	RECEITA PREVISTA MENSAL	RECEITA REALIZADA ATÉ JANEIRO 2018	RECEITA ARRECADADA A MENOR ATÉ JANEIRO 2018	
RECEITAS CORRENTES	R\$ 115.601.000,00	R\$ 9.633.416,67	R\$ 6.253.971,15	R\$	3.379.445,52
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 10.131.000,00	R\$ 844.250,00	R\$ 339.176,74	R\$	505.073,26
Receita de Contribuições	R\$ 1.674.000,00	R\$ 139.500,00	R\$ 155.953,81	-R\$	16.453,81
Receita Patrimonial	R\$ 1.909.000,00	R\$ 159.083,33	R\$ 14.876,81	R\$	144.206,52
Receita de Serviços	R\$ 1.000,00	R\$ 83,33	R\$ 24.673,79	-R\$	24.590,46
Transferências Correntes	R\$ 101.412.000,00	R\$ 8.451.000,00	R\$ 5.708.764,74	R\$	2.742.235,26
Outras Receitas Correntes	R\$ 474.000,00	R\$ 39.500,00	R\$ 10.525,26	R\$	28.974,74
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 53.865.156,00	R\$ 4.488.763,00	R\$ -	R\$	4.488.763,00
Operações de Crédito	R\$ 5.000.000,00	R\$ 416.666,67	R\$ -	R\$	416.666,67
Alienação de Bens	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$	-
Transferências de Capital	R\$ 48.865.156,00	R\$ 4.072.096,33	R\$ -	R\$	4.072.096,33
Outras Receitas de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$	-
TOTAL GERAL	R\$ 169.466.156,00	R\$ 14.122.179,67	R\$ 6.253.971,15	R\$	7.868.208,52

4. DESPESA PÚBLICA

A Despesa total e fixada nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no mesmo valor da Receita, de R\$ 169.466.156,00 (cento e sessenta e nove milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil e cento e cinquenta e seis reais), conforme Lei Orçamentária Anual nº 1.586/2017.

A categoria econômica da despesa está distribuída em **Despesa Corrente no montante de R\$ 111.209.156,00 Despesa de Capital de R\$ 54.763.000,00 e Reserva de Contingência de R\$ 3.494.000,00, totalizando R\$ 169.466.156,00.**

O total de despesa liquidada até o mês de janeiro foi de **R\$ 5.413.984,03**, sendo autorizada (fixada) para o mesmo período das despesas o montante de **R\$ 14.122.179,67**. Conforme podemos verificar no quadro e gráfico abaixo:

DESPESAS TOTAIS						
DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA	DESPESAS FIXADAS NA LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2018	DESPEXA FIXADA MENSALMENTE	DESPEXA LIQUIDADADA ATÉ JANEIRO/2018	DESPEXA LIQUIDADADA A MENOR ATÉ JANEIRO/ 2018	DESPEXA EMPENHADA ATÉ JANEIRO/2018	DESPEXA EMPENHADA A MAIOR ATÉ JANEIRO/ 2018
DESPESAS CORRENTES	R\$ 111.209.156,00	R\$ 9.267.429,67	R\$ 4.109.659,25	R\$ 5.157.770,42	R\$ 58.514.088,59	R\$ 49.246.658,92
Pessoal e encargos Sociais	R\$ 50.029.000,00	R\$ 4.169.083,33	R\$ 2.642.624,26	R\$ 1.526.459,07	R\$ 44.462.455,49	R\$ 40.293.372,16
Juros e encargos da dívida	R\$ 100.000,00	R\$ 8.333,33	R\$ -	R\$ 8.333,33	R\$ -	-R\$ 8.333,33
Outras despesas correntes	R\$ 61.080.156,00	R\$ 5.090.013,00	R\$ 1.467.034,99	R\$ 3.622.978,01	R\$ 14.051.633,10	R\$ 8.961.620,10
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 54.763.000,00	R\$ 4.563.583,33	R\$ 1.304.324,78	R\$ 3.259.258,55	R\$ 6.674.121,43	R\$ 2.110.538,10
Investimentos	R\$ 53.333.000,00	R\$ 4.444.416,67	R\$ 1.274.693,64	R\$ 3.169.723,03	R\$ 6.314.121,43	R\$ 1.869.704,76
Inversões Financeiras	R\$ 230.000,00	R\$ 19.166,67	R\$ -	R\$ 19.166,67	-R\$ -	-R\$ 19.166,67
Amortização da Dívida	R\$ 1.200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 29.631,14	R\$ 70.368,86	R\$ 360.000,00	R\$ 260.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 3.494.000,00	R\$ 291.166,67	R\$ -	R\$ 291.166,67	R\$ -	-R\$ 291.166,67
TOTAL GERAL	R\$ 169.466.156,00	R\$ 14.122.179,67	R\$ 5.413.984,03	R\$ 8.708.195,64	R\$ 65.188.210,02	R\$ 51.066.030,35

Contudo, verifica-se que as receitas realizadas (arrecadadas) foram superiores as despesas realizadas (liquidadas) gerando superávit orçamentário, conforme planilha abaixo:

Vale ressaltar que esses valores não se encontram com as informações da execução orçamentária da Casa Legislativa.

RECEITA E DESPEXA LIQUIDADADA	
Receita Arrecadada:	R\$ 6.253.971,15
Despesa Liquidada:	R\$ 5.413.984,03
Superávit / Déficit:	R\$ 839.987,12

RECEITA E DESPEXA EMPENHADA	
Receita Arrecadada:	R\$ 6.253.971,15
Despesa Empenhada:	R\$ 65.188.210,02
Superávit / Déficit:	-R\$ 58.934.238,87

No entanto, em relação a despesa empenhada, obtivemos um déficit, importante esclarecer que o valor empenhado em janeiro traz os empenhos globais e estimativos a exemplo de folha de pagamento, previdência e os contratos provenientes das licitações.

5. DESPESAS COM PESSOAL

Dispõe a LRF no art. 20, inciso III, alíneas “a” e “b” que no Município o Limite de Despesas com Pessoal (DP) é de 6% para o Poder Legislativo e 54% para o Poder Executivo.

Quanto o Município alcança 95% do limite da RCL (51,30%) com DP fica vedada a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição, bem como outras vedações que constam dos incisos II a V do parágrafo único do art. 22 da LRF. Este limite é chamado de limite prudencial.

A despesa total com pessoal será apurada somando-se o mês de referência com os dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

A Despesa com pessoal no mês de **janeiro de 2018**, apurada no período de fevereiro/2017 a janeiro/2018, conforme estabelece a LRF, foi de R\$ 43.090.718,99 que representa **56,98%** da RCL.

DESPESA COM PESSOAL (DP) X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) ATÉ JANEIRO/2018		
RCL:	R\$	75.623.734,01
DP:	R\$	43.090.718,99
PERCENTUAL:		56,98%

6. APLICAÇÃO EM SAÚDE

A Constituição Federal, no art. 77 das Disposições Constitucionais Transitórias e na Lei Complementar nº 141, de 2012, consta que o Município deverá aplicar, no exercício, no mínimo 15% de suas receitas de impostos, incluídas às transferências, em ações e serviços públicos de saúde.

Até janeiro de 2018 a aplicação em saúde no Município foi de 21,19%, no tocante a despesa liquidada, cumprindo assim o percentual mínimo exigido de investimentos em saúde.

PERCENTUAL COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE -ATÉ 5º BIMESTRE DE 2017

Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais:	R\$	4.256.635,66
Despesas com Saúde (liquidadas com recursos próprios):	R\$	902.182,93
Percentual Aplicado:		21,19%
Percentual Mínimo:		15%

7. APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO

A aplicação de receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais na manutenção e desenvolvimento do ensino é determinada pelo art. 212 da Constituição Federal, que estabelece no exercício a aplicação mínima de 25%, para o Município. Em janeiro de 2018 foi aplicado **18,26%** na MDE.

APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE)

Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais:	R\$	4.256.635,66
Despesas com MDE	R\$	777.122,73
Percentual Aplicado:		18,26%
Percentual Mínimo:		25%

No art. 212 da Constituição da República consta que a aferição do montante aplicado é anual. Por conseguinte, o valor aplicado em janeiro de 2018 não demonstra o desempenho do Município até dezembro de 2018.

8. APLICAÇÃO DO FUNDEB

Conforme dispõe a Lei Federal nº. 11.494, de 20 de junho de 2007, preceitua em seu art. 22 que pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos totais do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização dos Profissionais da Educação Básica), ingressados no Município durante o exercício, serão aplicados na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, em efetivo exercício na rede pública municipal. **Até janeiro de 2018 a aplicação das receitas do FUNDEB com despesa com profissionais da educação básica representou 33,51%.**

Handwritten signature and date: 21.03.2018

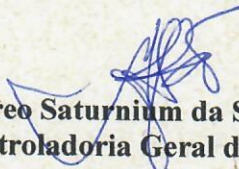
APLICAÇÃO DO FUNDEB NO MAGISTÉRIO ATÉ JANEIRO/2018

Receitas do FUNDEB (incluso rendimento de aplicação financeira do FUNDEB):	R\$ 1.964.191,57
Despesas com Profissionais do Magistério	R\$ 658.294,69
Percentual Aplicado:	33,51%
Percentual Mínimo:	60%

9. RESUMO DOS ÍNDICES

DESCRIÇÃO DA OBRIGAÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL	LIMITE	REALIZADO PELA GESTÃO
Despesa com Pessoal até o 5º Bimestre/2017	54%	56,98%
Aplicação do FUNDEB na Remuneração do Magistério	60%	33,51%
Aplicação em Educação- MDE	25%	18,26%
Aplicação em Saúde	15%	21,19%

Toritama, 21 de março de 2018.


Áureo Saturnium da Silva Falcão
Controladoria Geral do Município